



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638766 - SC (2021/0002392-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ROZENEI DA ROSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROZENEI DA ROSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5038301-87.2020.8.0000).

O paciente foi denunciado pela suposta prática do delito do art. 155, *caput*, do Código Penal, por ter subtraído do estabelecimento da vítima 2 latas de inseticida e 2 conjuntos de sabonete e desodorante, avaliados em R\$ 46,38.

O Tribunal de origem, por sua vez, denegou a ordem no *habeas corpus* impetrado com o objetivo de trancar a ação penal pela aplicação do princípio da insignificância, diante da habitualidade delitiva do réu, que responde a outras 4 ações penais.

Nesta via, o impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois responde a ação penal instaurada pelo cometimento de uma conduta que é materialmente atípica, em razão do valor ínfimo da *res furtiva*.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para reconhecer a atipicidade da conduta e trancar a ação penal instaurada em desfavor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente